

RESENHA

Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho

Helder GOMES¹



RESENHA/ BOOK REVIEW

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. **Marx, Ricardo e Smith: sobre a teoria do valor trabalho**. Vitória: EDUFES, 2012.

¹. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil). Doutorando em Política Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Brasil). E-mail: <helgomes@uol.com.br>.

A leitura atenta dos capítulos organizados no livro *Marx, Ricardo e Smith* nos revela uma abordagem inovadora e por isso mesmo provocativa. Mesmo não se tratando de um texto didático, como o autor procura deixar nítido logo no início de sua apresentação, seu conteúdo apresenta as raízes de um debate convenientemente abandonado, especialmente no interior da maioria dos cursos de graduação e de pós-graduação que tratam da determinação, da magnitude e das formas do valor. Pode não ser considerado um texto didático, mas, certamente, procura traduzir numa linguagem mais acessível as agruras de uma discussão muito calorosa em alguns seletos circuitos de enfrentamento teórico sobre a anatomia das sociedades regidas pela lei do valor.

O livro inicia apresentando o que o autor considera as principais referências categoriais para o entendimento da leitura ricardiana sobre a obra de Marx. Em especial, o Capítulo 1 procura adiantar as razões pelas quais as perspectivas ricardianas levam ao equívoco de considerar os estudos de Marx como se fossem uma explicação do valor em busca de sua coincidência com as normas de intercâmbio (a efetiva proporção com que as mercadorias se trocam no mercado concreto): ou seja, o valor confundindo-se com preço de mercado, ou, ainda, que a Teoria do Valor de

Assim, segundo o autor, como não podem tratar o valor como a natureza da riqueza na época capitalista, passa des-

Marx seria uma simples agregação de minuciosidades em torno da teoria de Ricardo.

O autor foca sua crítica a essas visões de cunho ricardiano sobre a teoria de Marx a partir de três aspectos: “[...] a particular forma como Ricardo concebe as categorias de riqueza, excedente de valor; a relação que existe entre os conceitos de valor e riqueza; e o papel do trabalho na teoria ricardiana do valor” (CARCANHOLO, 2012, p. 19). Para ele, na verdade, Ricardo conceitua a riqueza de forma bastante elementar, concebendo-a como por um conjunto físico e heterogêneo de bens úteis, mesmo depois dos avanços obtidos por Smith década atrás, o qual revelou a riqueza como uma relação social de domínio sobre o trabalho alheio. Com isso, ao contrário de avançar a partir das teses smithianas, Ricardo teria retardado o desenvolvimento da teoria do valor, concebendo o excedente econômico em sua materialidade física.

Quanto ao papel do trabalho, parte da teoria ricardiana posterior a Ricardo acabaria relegando-o à definição do coeficiente técnico da quantidade de bens de consumo necessários, como insumos, à produção de mercadorias, uma vez que existe a necessidade de alguma quantidade de trabalhadores para que a produção se realize.

percebido nas análises dos críticos ricardianos à Marx o processo de substantivação do valor, no qual, para o formulador da Crítica da Economia Política, o

valor deixa de ser uma simples propriedade das mercadorias (característica do valor na emergência das sociedades mercantis) e se torna a substância da lógica capitalista, cujo objetivo final é a valorização a qualquer custo social, é a reprodução ampliada do capital, é a acumulação de riquezas de forma concentrada e centralizada.

Deixando nítido qual o objetivo final da produção de riquezas no capitalismo (que não é satisfazer necessidades humanas em geral e, sim, a busca por valorização, e pela acumulação privada de capital), o autor insere no Capítulo 2 do livro o tema sobre o que significa trabalho produtivo no capitalismo para Marx. Para explicar as distintas formas que assume o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, nas sociedades capitalistas, o autor recorre à várias formas funcionais do capital. Inclusive, faz um abordagem explicativa sobre o significado do capital-dinheiro, fazendo a devida distinção entre suas duas faces, o capital de comércio de dinheiro e o capital a juros, condenando o termo usual de capital financeiro, forçado por quem insiste em condensá-las, confundindo-as.

Aliás, as considerações ao conceito de trabalho produtivo em Marx denota no livro uma polêmica particular em si. A singularidade da leitura apresentada no Capítulo 2 se reflete na conclusão segundo a qual, atividades tidas como improdutivas, tais como aquelas desenvolvidas na produção familiar camponesa, no artesanato, na docência e na área de saúde, parte do trabalho de gestores, contabilis-

tas e administradores de empresas, bem como o trabalho doméstico, devem ser consideradas total ou parcialmente como trabalho produtivo.

O Capítulo 3, por sua vez, é dedicado a uma crítica radical às proposições de David Ricardo em relação ao valor. A partir da recuperação dos motivos que levaram Ricardo a procurar formas invariáveis para a medida do valor, o livro defende a tese de que a crítica do autor dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, dirigidas a Smith, e sua inflexível convicção sobre a necessidade de se distinguir as categorias de riqueza (considerada apenas em sua dimensão física, como um conjunto heterogêneo de bens) e valor (tido por ele como expressão quantitativa da norma de intercâmbio), tornou sua contribuição como um verdadeiro retrocesso ao desenvolvimento da Economia Política crítica. Exatamente por abandonar a perspectiva da bidimensionalidade da riqueza, embrionariamente apresentada por Smith, Ricardo teria se envolvido numa corrida insana em busca de uma *mercadoria padrão perfeita*, ou do *valor absoluto* etc. Daí o título do Capítulo 3: *Ricardo e o fracasso de uma teoria do valor*.

A partir do final do Capítulo 3 fica cada vez mais nítido o caráter provocativo do livro. Fica explícito desde ali o incômodo com o prestígio desfrutado até hoje pelas teses de David Ricardo, diante de tantas debilidades em seus argumentos, seja na crítica a Smith, seja nas vacilações frente às dificuldades que Ricardo encontrava em avançar numa teoria crítica do valor-

trabalho. Interessante é que o desconforto se acentua com a percepção de que o próprio Marx, por *algo de político*, teria sido bastante *benevolente* com Ricardo, promovendo-o quando procurava protegê-lo da crítica conservadora.

Mais que a crítica à Ricardo, vai ficando cada vez mais nítido, a partir do Capítulo 4, que o livro se volta a uma contraposição às abordagens ricardianas mais contemporâneas. Trata, portanto, de autores como Sraffa, Napoleone, entre outros seguidores (atentos ou nem tanto), que visam criticar, a partir de uma visão (neo)ricardiana, tanto as proposições de Smith, quanto a Teoria Dialética do Valor, especialmente naquelas formulações de Marx que se tornaram mais polêmicas: a transformação do valor em preço de produção, por exemplo.

Por isso, os três capítulos finais do livro são dedicados à valorização crítica dos elementos fundamentais da obra de Smith. Seria, portanto, a partir das formulações smithianas que estaria fundamentado o aproveitamento crítico, dialético (negação, conservação dos elementos fundamentais e elevação a um outro patamar), operado por Marx em suas obras, muito mais que nas formulações de Ricardo. Isso porque o objeto de análise de Marx não se restringiria à busca de alguma explicação sobre as normas de intercâmbio mercantil e, sim, na superação do conhecimento acumulado até então sobre a natureza da riqueza na era capitalista. E, segundo Smith, a riqueza na sociedade capitalista não seria apenas *um conjunto heterogêneo de bens materiais*

(físicos), como pensou depois Ricardo, mas, também (numa outra relação, porque não concebia a bidimensionalidade simultânea da realidade social), a *capacidade de comando sobre os frutos do trabalho alheio*, portanto, uma relação social. Nisso, Marx se aproximaria muito mais de Smith do que de Ricardo.

Nesse sentido o autor recupera a distinção feita por Smith entre as categorias de trabalho contido e trabalho comandado, para concluir com alguns dos motivos que levam Napoleoni, por exemplo, a emitir opiniões equivocadas sobre a obra de Smith: “[...] é importante ressaltar, para que não haja confusões, que [para Smith] o trabalho produz valor não na medida da sua duração, mas na proporção em que agrega aos materiais capacidade do seu proprietário de apropriar trabalho alheio no mercado, depois de concluída a produção da mercadoria” (CARCANHOLO, 2012, p. 140). Entretanto, recupera, também, o que seria o centro de uma crítica a Smith no sentido de se avançar na formulação de uma Economia Política crítica: “Smith consegue a façanha ou a mágica de sustentar que, apesar do excedente ser produto do trabalho, todo o trabalho é pago” (CARCANHOLO, 2012, p. 143). Ou seja, ficaria escondida a exploração, uma vez que Smith utiliza o artifício da dedução do trabalho na distribuição. Com isso, o autor defende que o próprio Marx teria se equivocado ao acreditar numa proximidade da proposição de Smith sobre a origem do lucro da sua própria formulação sobre a exploração capitalista.

Como se vê, ao procurar uma elaboração crítica para a valorização da obra de Adam Smith, como base precursora, a partir da qual Marx pode desenvolver sua Crítica da Economia Política e, ao mesmo tempo, refutar a crítica ricardiana mais contemporânea a esses dois autores, Reinaldo Carcanholo apresenta um celeiro fundamental para o seguimento da pesquisa crítica sobre a natureza da riqueza nas sociedades capitalistas.

Para quem se interessa no aprofundamento dos estudos sobre as polêmicas e as provocações teóricas, que envolvem a teoria do valor-trabalho desde as primeiras formulações clássicas até os dias de hoje, está aí uma boa indicação de leitura. A publicação pela EDUFES tornou essa oportunidade ainda mais acessível. Aproveitem!